



Auditoria em Odontologia como Instrumento de Gestão da Qualidade Assistencial e Controle de Custos nos Serviços de Saúde: Uma Revisão de Literatura

Dental Auditing as a Tool for Healthcare Quality Management and Cost Control in Health Services: A Literature Review

Suellen Cristthal Gomes Mendonça

Resumo: O aumento da complexidade dos serviços de saúde, associado à necessidade de garantir qualidade assistencial, eficiência gerencial e utilização racional dos recursos disponíveis, tem ampliado a relevância da auditoria como instrumento estratégico de gestão. No campo odontológico, essa discussão torna-se particularmente importante em razão da diversidade de procedimentos, tecnologias e insumos empregados na assistência. Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar a auditoria em Odontologia como instrumento de gestão da qualidade assistencial e controle de custos nas instituições de saúde. Conduzido sob o formato de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, o estudo reuniu a literatura científica e as normativas oficiais pertinentes ao tema. Os resultados evidenciaram que a auditoria odontológica contribui para a avaliação dos processos clínicos, o monitoramento da conformidade dos procedimentos, a melhoria dos registros em prontuários, a adoção de protocolos baseados em evidências e o fortalecimento da segurança do paciente. Além disso, mostrou-se relevante para a identificação de desperdícios, a otimização do uso dos recursos, a redução de inconsistências operacionais e o aprimoramento da tomada de decisões gerenciais. A literatura analisada também demonstrou que a auditoria exerce papel fundamental na sustentabilidade das organizações de saúde, ao favorecer o equilíbrio entre qualidade do cuidado, eficiência operacional e controle das despesas. Conclui-se que a auditoria em Odontologia constitui uma importante ferramenta gerencial, contribuindo diretamente para a qualificação da assistência, a racionalização dos insumos e a sustentabilidade dos serviços públicos e privados.

Palavras-chave: auditoria em saúde; auditoria odontológica; gestão em saúde; qualidade assistencial; controle de custo.

Abstract: The increasing complexity of health services, associated with the need to ensure quality of care, managerial efficiency, and the rational use of available resources, has enhanced the relevance of auditing as a strategic management tool. In the dental field, this discussion becomes particularly important due to the diversity of procedures, technologies, and materials employed in patient care. In this context, the present study aimed to analyze dental auditing as an instrument for quality management and cost control in health institutions. Conducted as a narrative literature review with a qualitative and descriptive approach, the study gathered scientific evidence and official normative documents related to the topic. The findings demonstrated that dental auditing contributes to the evaluation of clinical processes, the monitoring of procedural compliance, the improvement of dental records, the adoption of evidence-based protocols, and the strengthening of patient safety. Furthermore, it proved relevant for identifying waste, optimizing resource utilization, reducing operational inconsistencies, and improving managerial decision-making. The reviewed literature also

demonstrated that auditing plays a fundamental role in the sustainability of healthcare organizations by promoting a balance between quality of care, operational efficiency, and cost control. It is concluded that dental auditing constitutes an important management tool, directly contributing to the improvement of healthcare quality, the rationalization of resources, and the sustainability of public and private health services.

Keywords: health audit; dental audit; health management; quality of care; cost control.

INTRODUÇÃO

O conceito de auditoria remonta ao termo latino *audire*, que significa “ouvir” e, em sua acepção original, associava-se ao ato de escutar relatos e verificar informações prestadas por indivíduos encarregados da administração de bens e recursos (Attie, 2018). Embora práticas semelhantes já existissem em civilizações antigas, foi na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, que a auditoria se consolidou como uma atividade estruturada de verificação e controle, voltada predominantemente à análise de registros contábeis e financeiros (Crepaldi, 2019). Dessa forma, a auditoria passou a ocupar posição relevante nos processos de verificação e controle das atividades organizacionais.

Dentro dessa ótica, à medida que a sociedade evoluiu e as relações institucionais se tornaram mais complexas, surgiu a necessidade de expandir a atuação da auditoria, que passou a ser incorporada gradualmente a diferentes áreas e setores de atividade. Entre os campos que mais se beneficiaram dessa expansão, destaca-se a saúde, marcada pela crescente complexidade dos serviços e pela necessidade de maior controle sobre os processos assistenciais. No Brasil, sua aplicação ganhou maior relevância com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição Federal de 1988, que ampliou a necessidade de acompanhar a aplicação dos recursos públicos e fortalecer o controle das ações assistenciais (Brasil, 1988). Logo, a auditoria consolidou-se como um importante instrumento de gestão, contribuindo para a qualidade da assistência e para o controle dos custos relacionados aos serviços prestados (Scarpato *et al.*, 2010).

Ademais, entre as diversas áreas da saúde que incorporaram a auditoria como ferramenta de gestão, ressalta-se a Odontologia. Nas últimas décadas, a ampliação do acesso aos serviços de saúde oral, impulsionada por políticas públicas como a Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil Sorridente), contribuiu para a expansão da assistência odontológica em todo o país (Brasil, 2004). Paralelamente, o surgimento de novas especialidades, a incorporação de tecnologias e a utilização de materiais e equipamentos cada vez mais sofisticados aumentaram a complexidade dos serviços prestados e dos recursos envolvidos em sua execução. Nesse contexto, a auditoria passou a assumir papel cada vez mais relevante, especialmente diante da necessidade de conciliar a qualidade da assistência prestada com a utilização racional dos recursos empregados na assistência odontológica (Ayach, 2013).

Portanto, torna-se relevante ampliar a compreensão acerca da aplicação da auditoria no campo odontológico, considerando sua importância para a gestão dos

serviços e para o aprimoramento da assistência prestada. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão da literatura, a auditoria em Odontologia como instrumento de gestão da qualidade assistencial e controle de custos nos serviços de saúde.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida com o objetivo de analisar a auditoria em Odontologia como instrumento de gestão da qualidade assistencial e controle de custos nos serviços de saúde.

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados à auditoria em saúde e à auditoria odontológica. Para a identificação das publicações, foram consultadas as bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), além da ferramenta de busca Google Acadêmico.

Foram incluídos estudos publicados em língua portuguesa, disponíveis na íntegra, no período de 2003 a 2026, que abordassem aspectos relacionados à auditoria em saúde, auditoria odontológica, gestão da qualidade assistencial e controle de custos nos serviços de saúde. Excepcionalmente, foram utilizados documentos normativos e obras clássicas anteriores a esse período quando necessários para a contextualização histórica e conceitual do tema. Foram excluídas publicações duplicadas, trabalhos sem relação direta com o tema proposto e estudos que não contribuíssem para os objetivos desta revisão.

Após a seleção do material bibliográfico, procedeu-se à leitura exploratória e analítica das publicações, seguida da organização e interpretação das informações obtidas. As evidências identificadas na literatura foram analisadas de forma descritiva, buscando destacar os principais conceitos, aplicações, benefícios e desafios da auditoria em odontologia no contexto da gestão dos serviços de saúde.

DESENVOLVIMENTO

Transição Demográfica e a Crescente Demanda por Serviços de Saúde

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) representou um marco na ampliação do acesso à assistência e na consolidação do direito à saúde no Brasil. Paralelamente aos avanços observados nos indicadores sanitários, o país passou a experimentar importantes transformações sociais, econômicas e demográficas, que modificaram significativamente a dinâmica populacional nas últimas décadas. Segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em

aproximadamente 45 anos as pessoas com mais de 60 anos poderão representar cerca de 37,8% da sociedade brasileira, refletindo o acelerado processo de envelhecimento demográfico observado no país. Esse cenário tem ampliado os debates acerca da capacidade dos sistemas de saúde de responder adequadamente às novas demandas assistenciais e garantir a sustentabilidade dos recursos disponíveis (Agência Senado, 2025).

O envelhecimento populacional brasileiro está diretamente relacionado ao processo de transição demográfica, e também nota-se uma relevante redução das taxas de fecundidade e mortalidade, associada ao aumento da expectativa de vida. Segundo dados do IBGE (2024), a taxa de fecundidade total no Brasil passou de aproximadamente 6,3 filhos por mulher na década de 1960 para níveis inferiores à taxa de reposição geracional na atualidade. Nesse contexto, observou-se expressiva redução da mortalidade infantil e ampliação da longevidade dos cidadãos. De acordo com Mendes (2011), essas transformações alteraram profundamente a estrutura etária brasileira, promovendo o crescimento proporcional do contingente de idosos em ritmo significativamente mais acelerado do que o observado em diversos países desenvolvidos. Complementando essa discussão, Veras (2019) destaca que a rapidez com que esse processo ocorreu impôs desafios adicionais ao planejamento e à organização dos serviços de saúde, que precisaram se adaptar a uma nova realidade epidemiológica e assistencial.

As mudanças demográficas foram acompanhadas por alterações igualmente significativas no perfil de adoecimento da população. Conforme Schramm *et al.* (2004), o Brasil passou por um processo de transição epidemiológica marcado pela redução da relevância das doenças infectocontagiosas e pelo aumento progressivo das doenças crônicas não transmissíveis. Em consonância com esse entendimento, Paim *et al.* (2011) afirmam que enfermidades como hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, neoplasias e doenças degenerativas passaram a ocupar posição de destaque entre os principais problemas de saúde pública do país. Dentro dessa ótica, tal mudança ampliou a necessidade de acompanhamento contínuo, monitoramento clínico e utilização frequente da rede de atendimento, exigindo maior capacidade de resposta dos sistemas assistenciais.

Dessa forma, tornou-se cada vez mais necessário repensar a maneira como o cuidado é planejado e ofertado, de modo a atender às necessidades de uma comunidade mais longeva e com demandas cada vez mais complexas (Mendes, 2011; Paim *et al.*, 2011). Segundo Veras e Oliveira (2018), o aumento da expectativa de vida não implica apenas maior número de indivíduos idosos, mas também maior utilização dos serviços de saúde ao longo do tempo. Com isso, a presença simultânea de múltiplas condições crônicas favorece a realização de consultas frequentes, exames diagnósticos, procedimentos especializados e tratamentos prolongados, elevando a complexidade da cobertura prestada. Corroborando esse entendimento, Mendes (2011) argumenta que os modelos de cuidado tradicionalmente estruturados para o atendimento de condições agudas mostram-se insuficientes diante das necessidades impostas pelas doenças crônicas, exigindo novas estratégias de gestão e organização das instituições.

O aumento da demanda por cuidados médicos repercute diretamente sobre os custos assistenciais e constitui um dos principais desafios para a sustentabilidade dos sistemas de saúde. De acordo com Vecina Neto e Malik (2016), fatores como o envelhecimento populacional, a incorporação de novas tecnologias diagnósticas e terapêuticas e a crescente complexidade dos tratamentos contribuem para a elevação contínua dos gastos no setor. Complementando essa análise, Mendes (2011) destaca que a expansão das necessidades de cuidado ocorre em um contexto marcado pela limitação de recursos, exigindo dos gestores a adoção de estratégias capazes de otimizar sua utilização e promover maior eficiência na organização dos serviços. Embora abordem perspectivas distintas, os autores convergem ao afirmar que a sustentabilidade dos sistemas de saúde depende da capacidade de conciliar qualidade assistencial, acesso aos serviços e uso racional dos recursos disponíveis. Nesse cenário, torna-se fundamental a adoção de ferramentas gerenciais capazes de subsidiar a tomada de decisão, aperfeiçoar os processos organizacionais e fortalecer a eficiência institucional, entre as quais se destaca a auditoria em saúde.

Diante desse panorama, a necessidade de garantir assistência de qualidade à população, associada à pressão exercida sobre os recursos disponíveis, passou a exigir instrumentos capazes de avaliar o desempenho dos serviços e subsidiar a tomada de decisões gerenciais. Segundo Tanaka e Tamaki (2012), a avaliação sistemática das ações em saúde constitui elemento fundamental para o planejamento e o aperfeiçoamento dos processos organizacionais, permitindo a identificação de fragilidades e oportunidades de melhoria. Logo, a complexidade dos sistemas de saúde evidenciou a importância de ferramentas voltadas ao monitoramento das atividades assistenciais, ao acompanhamento da utilização dos recursos e ao fortalecimento da eficiência organizacional.

Portanto, tornou-se indispensável a adoção de mecanismos capazes de acompanhar a execução das ações assistenciais e verificar se os recursos disponíveis estavam sendo empregados de forma adequada. Sob este prisma, a auditoria em saúde passou a assumir papel estratégico, destacando-se como instrumento capaz de contribuir para a qualificação da assistência, a racionalização dos recursos e a sustentabilidade dos sistemas de saúde.

Auditoria em Saúde e sua Evolução como Ferramenta Estratégica de Gestão

A auditoria constitui uma atividade historicamente associada aos processos de verificação e controle das informações relacionadas à administração de recursos. Segundo Crepaldi (2019), sua origem remonta às práticas de fiscalização utilizadas para conferir a exatidão dos registros financeiros e contábeis, tendo se consolidado como atividade estruturada durante a Revolução Industrial, período marcado pela expansão das organizações e pela necessidade de mecanismos mais eficientes de controle. De acordo com Attie (2018), a auditoria surgiu inicialmente com foco na identificação de inconsistências e irregularidades, desempenhando papel essencial na proteção patrimonial e na transparência dos fluxos administrativos.

Embora suas primeiras aplicações estivessem concentradas na área contábil, a auditoria foi gradativamente incorporada em diferentes setores organizacionais, incluindo os serviços de saúde. Conforme Scarparo *et al.* (2010), o aumento da complexidade dos sistemas assistenciais, associado à necessidade de monitorar a utilização das verbas e avaliar a qualidade dos atendimentos prestados, favoreceu a ampliação do campo de atuação da auditoria. Nesse contexto, sua função deixou de estar restrita à fiscalização financeira, abrangendo aspectos relacionados à eficiência operacional, à conformidade das rotinas e à qualidade da assistência oferecida à população.

Na área da saúde, a auditoria adquiriu relevância crescente à medida que os sistemas assistenciais começaram a enfrentar desafios relacionados à expansão da demanda, ao aumento dos custos e à necessidade de garantir melhores resultados em saúde. Segundo Kurcgant, Tronchin e Melleiro (2016), a atividade começou a ser compreendida como importante instrumento de avaliação sistemática dos serviços, tornando possível analisar a adequação das dinâmicas assistenciais, a utilização dos insumos e o cumprimento das normas técnicas e administrativas. Corroborando esse entendimento, Tanaka e Tamaki (2012) afirmam que a avaliação contínua das ações em saúde constitui elemento indispensável para a tomada de decisões gerenciais fundamentadas em evidências, favorecendo o aprimoramento das práticas institucionais.

No contexto brasileiro, a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) ampliou significativamente a importância da auditoria como instrumento de gestão. De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2024), a necessidade de acompanhar a aplicação dos recursos públicos e garantir a efetividade das ações desenvolvidas impulsionou a criação de mecanismos de controle, avaliação e monitoramento voltados ao aperfeiçoamento da gestão do sistema. Nessa perspectiva, a auditoria assumiu um papel estratégico na verificação da conformidade das ações executadas, contribuindo para a transparência, a responsabilização dos gestores e a melhoria dos resultados assistenciais.

A institucionalização do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), por meio da Lei nº 8.689/1993, representou importante avanço para o fortalecimento das atividades de auditoria no âmbito do SUS. Conforme aponta o Ministério da Saúde (Brasil, 2024), o SNA foi concebido com a finalidade de avaliar aspectos técnicos, científicos, contábeis, financeiros e patrimoniais relacionados às ações e serviços de saúde. Essa estrutura permitiu ampliar a capacidade de monitoramento das atividades desenvolvidas, favorecendo a identificação de fragilidades e subsidiando a implementação de medidas corretivas e preventivas.

Ao longo dos anos, entretanto, a compreensão sobre a finalidade da auditoria em saúde passou por significativa transformação. Conforme Scarparo *et al.* (2010), a atividade deixou de ser percebida exclusivamente como instrumento de fiscalização e punição para assumir papel mais abrangente na gestão das unidades. Dentro dessa ótica, a auditoria contemporânea deve ser entendida como ferramenta capaz de produzir informações estratégicas para o planejamento, a avaliação e o aperfeiçoamento contínuo dos fluxos organizacionais. Complementando essa

discussão, Kurcgant, Tronchin e Melleiro (2016) destacam que a auditoria contribui para a identificação de não conformidades, mas também para a construção de soluções voltadas à melhoria da qualidade assistencial.

Essa mudança de paradigma aproxima a auditoria das práticas modernas de gestão da qualidade. De acordo com Donabedian (2003), a avaliação sistemática dos serviços constitui condição essencial para a melhoria contínua da assistência, uma vez que viabiliza analisar estrutura, processos e resultados de forma integrada. Em consonância com essa perspectiva, Tanaka e Tamaki (2012) argumentam que a produção de informações confiáveis sobre o desempenho organizacional possibilita maior assertividade na tomada de decisões e favorece a implementação de estratégias capazes de elevar a eficiência do setor de saúde.

Além da contribuição para a qualidade assistencial, a auditoria exerce papel relevante na sustentabilidade dos sistemas de saúde. Segundo Vecina Neto e Malik (2016), a crescente pressão sobre os recursos financeiros exige mecanismos que oportunizem monitorar a utilização dos insumos, avaliar a eficiência dos procedimentos e identificar oportunidades de racionalização dos gastos. Os autores ressaltam que a gestão contemporânea não pode estar fundamentada apenas na expansão dos investimentos, mas também na utilização criteriosa dos ativos disponíveis. Sob essa ótica, a auditoria torna-se instrumento fundamental para o equilíbrio entre qualidade assistencial, eficiência administrativa e sustentabilidade financeira.

Dessa forma, observa-se que a auditoria em saúde evoluiu de uma atividade predominantemente fiscalizadora para uma ferramenta estratégica de gestão, capaz de subsidiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação dos serviços. Sua atuação contribui não apenas para a conformidade das atividades, mas também para a qualificação da assistência, a melhoria dos resultados organizacionais e a utilização racional dos recursos disponíveis. Conforme discutem Scarparo *et al.* (2010), Tanaka e Tamaki (2012) e Vecina Neto e Malik (2016), a produção de informações confiáveis constitui elemento essencial para o fortalecimento da gestão em saúde e para a sustentabilidade dos sistemas assistenciais. Considerando as especificidades dos diferentes campos de atuação, essa discussão assume relevância particular na Odontologia, área em que a auditoria vem se consolidando como importante instrumento para o aperfeiçoamento dos fluxos assistenciais, da qualidade do cuidado e da eficiência dos atendimentos prestados aos pacientes.

Estruturação da Auditoria em Saúde: Modalidades, Classificações e Formas de Aplicação

A consolidação da auditoria como ferramenta estratégica de gestão nos serviços de saúde está diretamente relacionada à sua capacidade de produzir informações confiáveis para subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações assistenciais. Entretanto, para compreender sua contribuição para a qualidade da assistência e para a sustentabilidade dos sistemas de saúde, torna-se necessário analisar a forma como essa atividade está estruturada, suas

modalidades de atuação e os mecanismos utilizados na avaliação dos fluxos organizacionais. Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2024), a auditoria em saúde constitui um processo sistemático de análise e avaliação destinado a verificar a conformidade das ações desenvolvidas, identificar oportunidades de melhoria e promover o aperfeiçoamento contínuo dos serviços.

De acordo com Scarparo *et al.* (2010), a auditoria em saúde pode ser classificada de diferentes maneiras, considerando o momento em que ocorre, a origem dos auditores e os objetivos da avaliação. Essa diversidade de modelos permite que a atividade seja aplicada em diferentes contextos organizacionais, contribuindo tanto para a prevenção de falhas quanto para a correção de problemas já identificados. Para as autoras, a flexibilidade metodológica da auditoria representa um dos fatores que explicam sua crescente incorporação aos modelos contemporâneos de gestão em saúde.

Entre as classificações mais utilizadas destaca-se a auditoria preventiva, também denominada prospectiva, realizada antes da execução de procedimentos ou da utilização dos recursos assistenciais. Segundo Kurcgant, Tronchin e Melleiro (2016), essa vertente busca avaliar previamente a adequação das condutas propostas, verificando sua conformidade com normas, protocolos e diretrizes institucionais. Sob essa ótica, a atuação preventiva contribui para reduzir riscos assistenciais, evitar desperdícios e promover maior racionalidade na utilização dos recursos disponíveis.

Outra modalidade amplamente empregada é a auditoria concorrente, desenvolvida simultaneamente à execução das atividades assistenciais. Conforme o Ministério da Saúde (Brasil, 2024), esse tipo de avaliação permite acompanhar as rotinas em tempo real, favorecendo a identificação precoce de inconsistências e possibilitando intervenções imediatas quando necessário. Corroborando esse entendimento, Scarparo *et al.* (2010) afirmam que a auditoria concorrente apresenta importante potencial educativo, uma vez que possibilita orientação contínua das equipes e correção tempestiva de falhas durante a prestação da assistência.

Complementando essas abordagens, a auditoria retrospectiva ocorre após a conclusão dos procedimentos ou do atendimento prestado. Segundo Attie (2018), esse modelo permite analisar documentos, registros e resultados assistenciais com maior profundidade, possibilitando verificar a conformidade das ações executadas e identificar oportunidades de melhoria para as dinâmicas organizacionais. Embora tradicionalmente associada ao controle e à fiscalização, a auditoria retrospectiva tem sido cada vez mais utilizada como instrumento de aprendizagem institucional e aperfeiçoamento da gestão.

A auditoria também pode ser classificada de acordo com a origem dos profissionais responsáveis pela avaliação. De acordo com Crepaldi (2019), a auditoria interna é realizada por profissionais vinculados à própria instituição, tendo como principal objetivo apoiar a gestão na identificação de fragilidades e no aprimoramento dos procedimentos organizacionais. Por outro lado, a auditoria externa é conduzida por profissionais ou instituições independentes, conferindo maior imparcialidade ao processo avaliativo. Embora apresentem características

distintas, ambas as modalidades possuem papel relevante na promoção da transparência, da conformidade e da qualidade dos serviços de saúde.

Outra classificação frequentemente utilizada refere-se à auditoria analítica e à auditoria operativa. Conforme orientações do Sistema Nacional de Auditoria (Brasil, 2011), a auditoria analítica concentra-se na avaliação de documentos, relatórios, indicadores e informações institucionais, permitindo uma visão ampla do desempenho organizacional. Já a auditoria operativa envolve a observação direta dos fluxos de trabalho, das condições estruturais e da execução das atividades assistenciais. Segundo as diretrizes do órgão, a utilização integrada dessas abordagens favorece uma avaliação mais abrangente e consistente da realidade institucional.

Independentemente da modalidade adotada, a auditoria em saúde fundamenta-se em etapas metodológicas que visam garantir a confiabilidade dos resultados obtidos. De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2024), o processo de auditoria envolve planejamento, definição dos objetivos, coleta de informações, análise das evidências, elaboração de relatórios e acompanhamento das recomendações propostas. Para Tanaka e Tamaki (2012), essa sistematização permite transformar informações dispersas em conhecimento útil para a tomada de decisão, fortalecendo o papel da auditoria como instrumento de gestão.

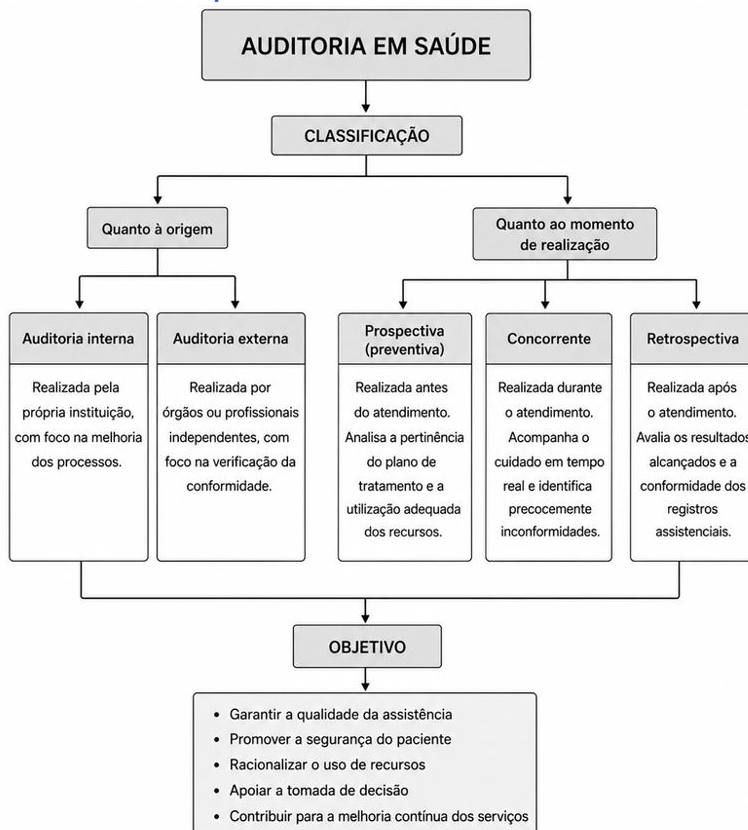
Nesse processo, os indicadores assistenciais e gerenciais assumem importância crescente. Segundo Donabedian (2003), a avaliação da qualidade das unidades de saúde depende da análise integrada da estrutura, dos processos e dos resultados obtidos. Em consonância com essa perspectiva, Tanaka e Tamaki (2012) destacam que indicadores relacionados à produtividade, resolutividade, qualidade assistencial, utilização dos recursos e satisfação dos usuários possibilitam monitorar o desempenho institucional e direcionar estratégias de melhoria contínua. Dessa forma, a auditoria deixa de se limitar à verificação de conformidades e passa a contribuir diretamente para o aperfeiçoamento dos resultados organizacionais.

A aplicação da auditoria abrange tanto os serviços públicos quanto os privados, assumindo funções complementares em cada contexto. No âmbito do Sistema Único de Saúde, sua atuação está relacionada à avaliação da efetividade das ações, ao acompanhamento da utilização dos recursos públicos e ao fortalecimento dos mecanismos de controle e transparência. Já nas organizações privadas, além da qualidade assistencial, a auditoria contribui para a eficiência operacional, a sustentabilidade financeira e o aprimoramento dos processos administrativos (Scarpato *et al.*, 2010). Em ambos os cenários, observa-se crescente valorização da auditoria como ferramenta capaz de promover melhores resultados assistenciais e gerenciais.

Diante desse contexto, verifica-se que a auditoria em saúde apresenta estrutura complexa e multifacetada, abrangendo diferentes modalidades, métodos e estratégias de avaliação. Sua atuação ultrapassa a função tradicional de fiscalização e passa a desempenhar papel essencial na qualificação das rotinas assistenciais, no fortalecimento da gestão e na promoção da eficiência organizacional. Considerando as especificidades técnicas e operacionais das diferentes áreas da saúde, tais

fundamentos tornam-se particularmente relevantes na Odontologia, campo em que a auditoria vem assumindo papel cada vez mais importante na avaliação da qualidade da assistência e na melhoria contínua dos serviços prestados.

Figura 1 – Modalidades da auditoria e sua aplicação no acompanhamento do cuidado em saúde.



Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base em Brasil (2024), Scarparo et al. (2010), Kurcgant, Tronchin e Melleiro (2016) e Attie (2018).

Auditoria em Odontologia como Instrumento de Melhoria da Qualidade Assistencial

A crescente complexidade dos serviços de saúde e a necessidade de oferecer atendimentos cada vez mais seguros, resolutivos e fundamentados em evidências científicas fizeram da qualidade assistencial um dos principais desafios da gestão contemporânea. Segundo Donabedian (2003), a qualidade em saúde deve ser analisada a partir da relação entre estrutura, processo e resultado, exigindo mecanismos permanentes de avaliação capazes de identificar fragilidades e promover melhorias nos serviços. Em consonância com essa perspectiva, Tanaka

e Tamaki (2012) afirmam que a avaliação sistemática constitui elemento essencial para o aperfeiçoamento das práticas clínicas e para a qualificação da gestão. Na Odontologia, essa discussão assume relevância particular em razão da diversidade de procedimentos realizados e da necessidade de garantir que todas as etapas do cuidado ocorram de forma segura, ética e alinhada aos princípios técnico-científicos. Nesse contexto, a auditoria odontológica tem se consolidado como importante ferramenta de avaliação e aperfeiçoamento dos fluxos assistenciais, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados (Brasil, 2024).

De acordo com Scarparo *et al.* (2010), a auditoria em saúde ultrapassou gradativamente sua função tradicional de fiscalização para assumir papel estratégico na avaliação das rotinas de trabalho e no fortalecimento da qualidade assistencial. Na perspectiva das autoras, a auditoria produz informações capazes de subsidiar a tomada de decisão, orientar intervenções corretivas e propiciar o aperfeiçoamento das instituições. Corroborando esse entendimento, Kurcgant, Tronchin e Melleiro (2016) destacam que os processos de auditoria viabilizam identificar não conformidades e monitorar a adesão às práticas institucionais, contribuindo para maior segurança e eficiência na assistência. Aplicada à Odontologia, essa lógica possibilita acompanhar a conformidade dos procedimentos realizados, avaliar a qualidade dos registros clínicos e fortalecer a adoção de práticas terapêuticas mais seguras e resolutivas.

Entre os elementos mais frequentemente analisados pela auditoria odontológica destaca-se o prontuário clínico, considerado não apenas um instrumento de registro, mas também um importante indicador da qualidade da assistência prestada. Conforme orientações do Conselho Federal de Odontologia, esse documento deve reunir informações relacionadas à identificação do paciente, anamnese, exames complementares, diagnóstico, plano terapêutico, procedimentos executados e evolução clínica. Para o Conselho, a documentação adequada favorece a continuidade do cuidado e assegura respaldo ético e legal ao exercício profissional. Complementando essa discussão, Brasil (2024) destaca que a consistência das informações registradas influencia diretamente a capacidade de monitorar as atividades de cuidado e avaliar a adequação das condutas adotadas ao longo do tratamento.

A relevância dos registros clínicos, entretanto, vai além da função documental. Segundo Donabedian (2003), a avaliação da qualidade depende da existência de informações confiáveis capazes de demonstrar como os processos assistenciais são desenvolvidos e quais resultados produzem. Nessa mesma direção, Kurcgant, Tronchin e Melleiro (2016) afirmam que registros completos favorecem a rastreabilidade das condutas profissionais, fortalecem a comunicação entre os membros da equipe e ampliam a segurança do paciente. Por outro lado, informações incompletas ou inconsistentes dificultam a análise da assistência, comprometem a continuidade do cuidado e limitam a capacidade das organizações de identificar oportunidades de aperfeiçoamento.

A adoção de protocolos clínicos representa outro componente fundamental para a qualificação da assistência odontológica. Enquanto Donabedian (2003)

destaca a importância da padronização das rotinas para a obtenção de resultados consistentes, Scarparo *et al.* (2010) enfatizam que a observância de diretrizes assistenciais contribui para reduzir inconformidades e fortalecer a segurança do cuidado. Nessa mesma direção, Kurcgant, Tronchin e Melleiro (2016) argumentam que a utilização de parâmetros técnicos previamente estabelecidos favorece maior previsibilidade dos resultados e reduz variações indesejadas na prática profissional. Nesse contexto, a auditoria possibilita verificar o grau de adesão das equipes às recomendações institucionais, identificando oportunidades de aperfeiçoamento e fortalecendo as boas práticas clínicas.

A observância desses protocolos encontra-se diretamente associada à segurança do paciente, tema que tem ocupado posição central nas discussões contemporâneas sobre qualidade em saúde. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), a segurança do paciente corresponde à redução dos riscos de danos evitáveis relacionados à assistência. Complementando essa discussão, Brasil (2024) destaca que a identificação precoce de falhas assistenciais oportuniza a implementação de medidas preventivas capazes de minimizar eventos adversos e fortalecer a qualidade do cuidado. Sob essa ótica, a auditoria odontológica atua como importante instrumento para identificação de vulnerabilidades nos modelos operacionais, contribuindo para a construção de ambientes assistenciais mais seguros.

A contribuição da auditoria, entretanto, não se restringe à análise documental ou à verificação da conformidade dos procedimentos realizados. Seu alcance também se estende ao acompanhamento de indicadores capazes de revelar o desempenho dos serviços odontológicos e subsidiar decisões gerenciais mais qualificadas. Para Tanaka e Tamaki (2012), os indicadores constituem instrumentos indispensáveis para a avaliação das unidades de saúde, pois permitem mensurar resultados, identificar tendências e monitorar a evolução dos processos assistenciais. Corroborando essa perspectiva, Donabedian (2003) argumenta que a mensuração sistemática dos resultados representa uma etapa essencial para reconhecer oportunidades de melhoria e orientar intervenções mais efetivas. Na Odontologia, indicadores relacionados à conformidade dos registros clínicos, adesão aos protocolos, resolutividade dos tratamentos e satisfação dos usuários fornecem informações relevantes para o aperfeiçoamento contínuo dos serviços.

A utilização dessas informações fortalece a cultura de avaliação nas organizações de saúde e amplia a capacidade institucional de promover melhorias sustentadas. Para Tanaka e Tamaki (2012), a avaliação contínua permite identificar fragilidades organizacionais e direcionar ações corretivas com maior precisão. De forma semelhante, Scarparo *et al.* (2010) destacam que os resultados produzidos pela auditoria constituem importante fonte de informação para o planejamento e para a gestão dos serviços. Dessa maneira, a análise dos indicadores deixa de representar mera atividade burocrática e passa a constituir instrumento estratégico para o aprimoramento da assistência odontológica.

Outro aspecto frequentemente destacado pela literatura refere-se ao potencial educativo da auditoria. Segundo Ceccim e Feuerwerker (2004), a educação

permanente em saúde representa importante estratégia para a qualificação dos profissionais e para a transformação dos processos de trabalho. Em consonância com essa perspectiva, Scarparo *et al.* (2010) afirmam que os resultados obtidos por meio da auditoria podem subsidiar ações de capacitação voltadas à correção de falhas identificadas e ao fortalecimento das boas práticas assistenciais. Dessa forma, a auditoria contribui não apenas para avaliar a qualidade dos serviços, mas também para promover o desenvolvimento contínuo das equipes de saúde bucal.

Sob essa perspectiva, a auditoria não deve ser interpretada como instrumento de coerção ou punição, mas como mecanismo voltado à promoção da ética, da transparência e da excelência assistencial. De acordo com as diretrizes de gerenciamento e com a norma ABNT NBR ISO 19011 (2018), os processos de auditoria devem fundamentar-se em princípios como integridade, imparcialidade, confidencialidade, competência profissional e abordagem baseada em evidências. Ao alinhar rigor técnico e conduta ética, a atividade consolida-se como um pilar essencial para chancelar a confiabilidade das instituições e assegurar o cumprimento dos mais elevados padrões de excelência no cuidado ao paciente.

Contribuições da Auditoria Odontológica para o Controle e Redução de Custos nos Serviços de Saúde

Nas últimas décadas, a sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde passou a ocupar posição central nas discussões sobre gestão, em razão da crescente complexidade assistencial, da incorporação contínua de tecnologias e da ampliação das demandas da população. Nesse contexto, a elevação dos custos em saúde tornou-se um dos principais desafios enfrentados por gestores públicos e privados, exigindo estratégias capazes de conciliar eficiência econômica e qualidade assistencial. De acordo com Vecina Neto e Malik (2016), a manutenção da sustentabilidade das instituições depende da utilização racional dos recursos disponíveis e da adoção de mecanismos que viabilizem identificar desperdícios, otimizar fluxos e aprimorar a gestão institucional. Na área odontológica, essa necessidade torna-se ainda mais evidente devido à ampla utilização de materiais específicos, equipamentos especializados, recursos laboratoriais e tecnologias que impactam diretamente os gastos operacionais.

Embora Mendes (2011) enfatize a necessidade de reorganização dos sistemas de saúde diante das mudanças demográficas e epidemiológicas, Vecina Neto e Malik (2016) direcionam a discussão para a eficiência na aplicação dos recursos disponíveis. Apesar dos enfoques distintos, os autores convergem ao reconhecer que a sustentabilidade dos serviços depende da adoção de ferramentas gerenciais capazes de aperfeiçoar as atividades organizacionais e reduzir perdas desnecessárias. Nesse cenário, a auditoria odontológica destaca-se como instrumento estratégico para a racionalização dos recursos, permitindo que decisões administrativas sejam fundamentadas em evidências e orientadas por critérios de eficiência e efetividade.

Sob essa perspectiva, a auditoria não deve ser compreendida como mecanismo voltado exclusivamente à contenção de despesas, mas como ferramenta capaz de promover maior equilíbrio entre desempenho assistencial e sustentabilidade econômica. Conforme Attie (2018), a auditoria moderna ultrapassa a função tradicional de fiscalização ao produzir informações que subsidiam o planejamento, o controle e a melhoria das rotinas organizacionais. Aplicada aos serviços odontológicos, essa abordagem favorece a identificação de fragilidades operacionais e possibilita a implementação de medidas corretivas capazes de gerar impactos positivos tanto na gestão financeira quanto na eficiência institucional.

Entre os fatores que mais influenciam os custos dos serviços odontológicos destaca-se o consumo de materiais e insumos. Segundo Scarparo *et al.* (2010), a auditoria constitui importante ferramenta para o acompanhamento dos recursos utilizados na assistência, tornando possível avaliar a compatibilidade entre os procedimentos executados e os itens consumidos. Nessa mesma direção, Kurcgant, Tronchin e Melleiro (2016) afirmam que a ausência de mecanismos de controle favorece desperdícios, utilização inadequada de produtos e dificuldades no acompanhamento dos padrões de consumo. Dessa forma, a auditoria contribui para monitorar a utilização dos insumos, identificar possíveis distorções e subsidiar estratégias voltadas à otimização dos recursos disponíveis.

À parte o controle do consumo, a gestão adequada dos estoques constitui importante estratégia para a redução de perdas. De acordo com Vecina Neto e Malik (2016), falhas relacionadas ao armazenamento, reposição inadequada de produtos e ausência de monitoramento sistemático podem resultar em vencimento de materiais, aquisições desnecessárias e aumento dos gastos operacionais. A auditoria, ao analisar rotinas de abastecimento e padrões de utilização, viabiliza a identificação de inconsistências e fornece subsídios para uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis. Dessa maneira, transforma informações rotineiras em instrumentos de apoio à tomada de decisão e ao planejamento institucional.

Adicionalmente às perdas associadas aos insumos, as despesas dos serviços odontológicos também podem ser ampliadas em decorrência de retrabalho clínico e reintervenções. Conforme Donabedian (2003), a qualidade dos processos assistenciais influencia diretamente os resultados obtidos e a necessidade de procedimentos adicionais. Quando falhas ocorrem durante o planejamento ou execução dos tratamentos, torna-se comum a necessidade de novas intervenções, elevando o consumo de materiais, ampliando o tempo de atendimento e aumentando a utilização da estrutura disponível. Diante disso, a auditoria oportuniza rastrear os fatores relacionados à ocorrência dessas situações, favorecendo a adoção de medidas preventivas e o aprimoramento dos processos de trabalho.

Somam-se a esses fatores as inconsistências documentais, frequentemente responsáveis por perdas financeiras expressivas nos serviços de saúde. De acordo com o Conselho Federal de Odontologia (CFO, 2020), o prontuário odontológico constitui documento essencial para o registro das informações clínicas, a continuidade do cuidado e a comprovação dos procedimentos realizados. Em consonância com esse entendimento, Scarparo *et al.* (2010) destacam que registros incompletos,

ilegíveis ou incompatíveis com os procedimentos executados dificultam o controle institucional e comprometem a confiabilidade das informações assistenciais. Dessa forma, a auditoria contribui para qualificar os registros clínicos e minimizar perdas decorrentes de falhas documentais.

No âmbito dos serviços privados e da saúde suplementar, uma das consequências mais frequentes dessas inconsistências é a ocorrência de glosas. Segundo Kurcgant, Tronchin e Melleiro (2016), as glosas decorrem, em grande parte, da incompatibilidade entre os procedimentos realizados, os documentos apresentados e os critérios estabelecidos pelas instituições financiadoras. Embora frequentemente associadas apenas à esfera financeira, essas ocorrências refletem fragilidades nos fluxos assistenciais e administrativos. Nesse sentido, a auditoria desempenha papel fundamental ao identificar suas causas, promover a correção das inconformidades e reduzir perdas financeiras recorrentes.

A utilização de indicadores gerenciais e financeiros amplia significativamente a capacidade da auditoria de contribuir para a sustentabilidade organizacional. Conforme Tanaka e Tamaki (2012), os indicadores constituem ferramentas indispensáveis para o acompanhamento do desempenho institucional, ajudando a transformar dados isolados em informações relevantes para a gestão. No contexto da auditoria odontológica, métricas como custo médio por procedimento, taxa de reintervenção, índice de glosas técnicas, consumo de materiais por especialidade, conformidade documental e produtividade clínica fornecem subsídios para análises mais precisas da utilização dos recursos. A partir dessas informações, torna-se possível identificar tendências, corrigir desvios e implementar estratégias voltadas à melhoria da eficiência operacional. Sob uma perspectiva mais ampla de gestão, a auditoria também contribui para a otimização dos processos administrativos. Attie (2018) observa que a compreensão das causas das inconformidades permite desenvolver controles internos mais eficientes e fortalecer os mecanismos de governança organizacional. Na Odontologia, essa atuação pode envolver a revisão de fluxos relacionados à solicitação de materiais, registro de procedimentos, faturamento, autorização de tratamentos e acompanhamento dos resultados obtidos. Como consequência, reduzem-se perdas decorrentes de falhas operacionais, retrabalho administrativo e baixa integração entre os diferentes setores da instituição. É importante destacar que a redução dos custos não deve ser confundida com restrição da assistência ofertada. Vecina Neto e Malik (2016) ressaltam que a eficiência em saúde está relacionada à capacidade de alcançar melhores resultados com os recursos disponíveis, preservando a efetividade das ações desenvolvidas. Tal entendimento é reforçado por Donabedian (2003), ao afirmar que serviços de qualidade dependem da adequada articulação entre estrutura, processos e resultados. Assim, a auditoria odontológica demonstra que a racionalização dos recursos pode ocorrer de forma compatível com a manutenção de elevados padrões assistenciais, afastando a ideia de que controle financeiro e qualidade representam objetivos incompatíveis.

Nos serviços públicos, essa contribuição torna-se especialmente relevante diante da necessidade de garantir acesso universal em um contexto marcado por

limitações orçamentárias. Conforme Paim *et al.* (2011), o Sistema Único de Saúde enfrenta o desafio permanente de ampliar a cobertura de atendimentos e assegurar a integralidade do cuidado sem que haja crescimento proporcional das verbas disponíveis. Nesse cenário, a auditoria auxilia na identificação de desperdícios, no acompanhamento da produção técnica e na avaliação da utilização do aparato público, favorecendo decisões mais eficientes e transparentes.

Da mesma forma, nos serviços privados, a auditoria fortalece a sustentabilidade organizacional ao promover maior previsibilidade orçamentária, reduzir perdas operacionais e aprimorar os mecanismos de controle interno. Segundo Crepaldi (2019), organizações que utilizam processos sistemáticos de avaliação apresentam maior capacidade de identificar riscos, corrigir distorções e aperfeiçoar seu desempenho econômico. Aplicada à Odontologia, essa lógica contribui para o equilíbrio entre viabilidade econômica, eficiência operacional e manutenção da qualidade dos serviços ofertados.

Diante do exposto, a literatura demonstra que a auditoria odontológica transcende a função tradicional de controle financeiro, consolidando-se como instrumento estratégico para a sustentabilidade dos serviços de saúde. Ao promover a racionalização dos insumos, reduzir desperdícios, minimizar retrabalhos, prevenir glosas e subsidiar decisões fundamentadas em evidências, a auditoria contribui para a construção de modelos assistenciais mais eficientes, economicamente viáveis e comprometidos com a excelência do cuidado. Sob essa perspectiva, eficiência econômica e qualidade assistencial deixam de ser objetivos concorrentes para constituírem dimensões complementares de uma gestão orientada para resultados sustentáveis.

Desafios e Perspectivas da Auditoria Odontológica na Sustentabilidade dos Sistemas de Saúde

As transformações demográficas, epidemiológicas e tecnológicas observadas nas últimas décadas têm imposto novos desafios aos sistemas de saúde e ampliado a necessidade de mecanismos capazes de promover maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis. Nesse contexto, a auditoria odontológica vem assumindo papel cada vez mais estratégico, não apenas por sua contribuição para a avaliação dos serviços, mas também por sua capacidade de apoiar processos decisórios em cenários marcados pela crescente complexidade assistencial. Segundo Mendes (2011), o aumento das condições crônicas e o envelhecimento populacional exigem modelos organizacionais mais eficientes e aptos a responder às demandas de uma população com necessidades cada vez mais diversificadas. Em consonância com essa perspectiva, Paim *et al.* (2011) destacam que a sustentabilidade dos sistemas de saúde depende da implementação de ferramentas que favoreçam a melhoria gerencial e o uso racional dos recursos.

Apesar dos avanços observados na área, a auditoria odontológica ainda enfrenta obstáculos relacionados à consolidação de uma cultura institucional orientada para a avaliação contínua dos fluxos de trabalho. De acordo com Scarparo

et al. (2010), muitas organizações ainda associam a auditoria exclusivamente à fiscalização e ao controle, dificultando sua compreensão como ferramenta de apoio à gestão e ao aprimoramento organizacional. Corroborando esse entendimento, Kurcgant, Tronchin e Melleiro (2016) afirmam que a resistência dos profissionais às práticas avaliativas pode limitar a efetividade das ações propostas, especialmente quando as auditorias são percebidas como mecanismos punitivos e não como oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento institucional.

Outro gargalo frequentemente apontado pela literatura refere-se à necessidade de qualificação permanente dos profissionais envolvidos. Segundo Ceccim e Feuerwerker (2004), a rápida evolução dos conhecimentos em saúde exige atualização contínua das equipes, de modo que sejam capazes de interpretar adequadamente as evidências científicas disponíveis e incorporá-las à prática cotidiana. Nessa mesma direção, Brasil (2024) destaca que a formação continuada constitui elemento essencial para fortalecer a qualidade das avaliações realizadas e elevar a capacidade dos serviços de responder às exigências assistenciais contemporâneas.

As limitações estruturais presentes em parte dos serviços de saúde também representam barreiras importantes. Conforme Paim *et al.* (2011), dificuldades relacionadas à disponibilidade de recursos humanos, infraestrutura tecnológica e organização das rotinas podem comprometer o desenvolvimento de estratégias mais abrangentes de monitoramento e avaliação. Sob essa ótica, a efetividade da auditoria depende não apenas da competência técnica dos profissionais envolvidos, mas também das condições institucionais necessárias para sua adequada implementação.

Paralelamente a esses impasses, nota-se um processo crescente de transformação digital nos serviços de saúde, fenômeno que tem impulsionado significativamente as possibilidades de atuação da auditoria. Segundo Brasil (2024), a informatização dos processos assistenciais favorece maior disponibilidade de informações, amplia a rastreabilidade das ações desenvolvidas e fortalece a capacidade de monitoramento dos serviços. Diante desse panorama, o prontuário eletrônico destaca-se como importante ferramenta para qualificar a gestão da informação, permitindo maior integração dos dados clínicos e administrativos e favorecendo análises mais abrangentes sobre o desempenho institucional.

A incorporação de tecnologias digitais também tem impulsionado o desenvolvimento de ferramentas voltadas à análise de grandes volumes de informações. De acordo com Tanaka e Tamaki (2012), a utilização de sistemas informatizados amplia a capacidade de produzir indicadores e identificar padrões relevantes para a gestão dos serviços. Complementando essa discussão, Attie (2018) ressalta que a evolução dos mecanismos de controle e monitoramento possibilita avaliações mais precisas e oportunas, fortalecendo o papel estratégico da auditoria no ambiente organizacional.

Entre as perspectivas mais promissoras para o futuro da auditoria em saúde destaca-se a utilização de recursos associados à inteligência artificial e à análise avançada de dados. Conforme apontam a Organização Mundial da Saúde (OMS,

2021) e o Brasil (2024), essas tecnologias apresentam potencial para otimizar a identificação de inconformidades, reconhecer padrões de comportamento e apoiar processos decisórios com maior rapidez e precisão. Embora sua incorporação ainda represente um desafio para muitas instituições, observa-se crescente interesse na utilização dessas ferramentas como suporte às atividades de monitoramento, avaliação e planejamento.

Nesse mesmo segmento, conceitos como Business Intelligence, Big Data e auditoria preditiva vêm ganhando espaço nas discussões relacionadas à gestão em saúde. Segundo Attie (2018), a evolução dos sistemas de informação permite que a auditoria deixe de atuar apenas de forma retrospectiva e passe a antecipar riscos, tendências e oportunidades de melhoria organizacional. Essa capacidade preditiva favorece intervenções mais oportunas, fortalece a governança institucional e amplia o potencial da auditoria como instrumento de apoio à gestão estratégica.

Diante desse cenário, observa-se que a auditoria odontológica tende a assumir papel cada vez mais relevante na sustentabilidade dos sistemas de saúde. Conforme discutem Mendes (2011), Paim *et al.* (2011) e Scarparo *et al.* (2010), a combinação entre demandas assistenciais crescentes e recursos limitados exige modelos de gestão fundamentados em informação qualificada, monitoramento contínuo e capacidade de adaptação às mudanças do contexto sanitário. Assim, a auditoria deixa de ser compreendida apenas como mecanismo de verificação e passa a constituir importante ferramenta para o fortalecimento da governança, da eficiência organizacional e da sustentabilidade institucional.

Dessa forma, a literatura evidencia que os desafios enfrentados pela auditoria odontológica coexistem com oportunidades geradas pelos avanços tecnológicos, pela ampliação da capacidade analítica dos sistemas de informação e pela crescente valorização da gestão baseada em evidências. Ao integrar avaliação, informação e planejamento, a auditoria consolida-se como instrumento estratégico para enfrentar as exigências impostas pelos cenários contemporâneos da saúde. Nesse sentido, sua contribuição ultrapassa a dimensão operacional dos serviços, assumindo papel fundamental na promoção da qualidade assistencial, da eficiência gerencial e da sustentabilidade dos sistemas de saúde no longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações demográficas, epidemiológicas e econômicas observadas nas últimas décadas têm provocado mudanças significativas na organização dos serviços de saúde, exigindo modelos de gestão cada vez mais eficientes e capazes de responder às crescentes demandas assistenciais. Nesse contexto, a auditoria em Odontologia tem se destacado como importante instrumento para o aprimoramento da gestão, contribuindo tanto para a qualificação da assistência quanto para a utilização racional dos recursos disponíveis.

A literatura analisada demonstrou que a auditoria odontológica vai muito além da função tradicional de fiscalização. Sua atuação está diretamente relacionada

ao monitoramento dos processos assistenciais, à avaliação da conformidade dos procedimentos realizados, ao aperfeiçoamento dos registros clínicos e à adoção de práticas fundamentadas em evidências científicas. Dessa forma, a auditoria contribui para o fortalecimento da qualidade assistencial, favorecendo maior segurança para os pacientes e melhores resultados para os serviços de saúde.

Os estudos revisados também evidenciaram que a auditoria desempenha papel relevante no controle e na redução de custos, especialmente por meio da identificação de desperdícios, da prevenção de falhas operacionais, da melhoria dos processos administrativos e do uso mais eficiente dos recursos materiais, tecnológicos e financeiros. Nesse sentido, a eficiência econômica não deve ser compreendida como uma medida dissociada da qualidade assistencial, mas como elemento indispensável para a manutenção e a sustentabilidade dos serviços de saúde.

Outro aspecto relevante identificado na literatura refere-se aos desafios que ainda acompanham a consolidação da auditoria nos serviços odontológicos, entre eles a necessidade de qualificação permanente dos profissionais, o fortalecimento dos registros clínicos, a ampliação da infraestrutura tecnológica e a superação de uma visão limitada da auditoria como instrumento meramente fiscalizador. Ao mesmo tempo, o avanço da informatização, dos prontuários eletrônicos e das ferramentas de análise de dados aponta para novas possibilidades de atuação, ampliando o potencial da auditoria como suporte à gestão baseada em evidências.

Diante do exposto, conclui-se que a auditoria em Odontologia constitui importante instrumento de gestão da qualidade assistencial e controle de custos nos serviços de saúde. Sua contribuição para o aperfeiçoamento dos processos, para a racionalização dos recursos e para a sustentabilidade das instituições reforça sua relevância no cenário contemporâneo. Assim, mais do que um mecanismo de controle, a auditoria deve ser compreendida como ferramenta estratégica capaz de promover melhores resultados assistenciais, gerenciais e econômicos, contribuindo para o fortalecimento dos sistemas de saúde públicos e privados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Envelhecimento da população impulsiona novas ações em defesa dos idosos**. Brasília: Senado Federal, 18 jun. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/06/envelhecimento-da-populacao-impulsiona-novas-acoes-em-defesa-dos-idosos>. Acesso em: 16 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 19011:2018: Diretrizes para auditoria de sistemas de gestão**. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

AYACH, Carlos. **O papel do auditor nos serviços odontológicos**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 237-248, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Nacional de Auditoria do SUS: orientações básicas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações técnicas para auditoria em odontologia**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DONABEDIAN, Avedis. **An introduction to quality assurance in health care**. New York: Oxford University Press, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções da população do Brasil e indicadores demográficos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

KURCGANT, Paulina; TRONCHIN, Daisy Maria Rizatto; MELLEIRO, Marta Maria. **Gerenciamento em enfermagem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global Patient Safety Action Plan 2021–2030: towards eliminating avoidable harm in health care**. Geneva: World Health Organization, 2021.

PAIM, Jairnilson Silva *et al.* **O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios**. The Lancet, London, v. 377, n. 9779, p. 1778-1797, 2011.

SCARPARO, Ariane Fazzolo *et al.* **Tendências da função do enfermeiro auditor no mercado em saúde**. Texto & Contexto – Enfermagem, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 85-92, 2010.

SCHRAMM, Joyce Mendes de Andrade *et al.* **Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 897-908, 2004.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi; TAMAKI, Edson Mamoru. **O papel da avaliação para a tomada de decisão na gestão de serviços de saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 821-828, 2012.

VECINA NETO, Gonzalo; MALIK, Ana Maria. **Gestão em saúde**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

VERAS, Renato Peixoto. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 53, p. 1-11, 2019.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. Envelhecimento populacional e os desafios contemporâneos para os sistemas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1925-1936, 2018.